

COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO Nº DE 2026 (Do Sr. Dr. Luiz Ovando)

Requer a realização de audiência pública, em continuidade aos debates já iniciados, para tratar do cenário da Saúde Suplementar no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública, em continuidade aos debates já iniciados nesta Casa sobre o tema, para debater o cenário da Saúde Suplementar no Brasil e como o enfraquecimento da saúde privada impacta o Sistema Único de Saúde (SUS) e, no aspecto macro, as contas públicas.

Para enriquecer o debate, sugerimos como participantes os representantes das seguintes entidades:

- 1) Dr. Pedro Paulo Pinheiro Benjamim – Advogado especialista em Saúde Suplementar;
- 2) Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- 3) Representante do Ministério da Saúde (MS);
- 4) Representante da Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (Unimed Brasil);
- 5) Representante da Hapvida NotreDame Intermédica.

JUSTIFICAÇÃO

Os noticiários brasileiros estão repletos de matérias que denunciam negativas de autorização em procedimentos médicos, cancelamentos de



contratos de plano de saúde, reajustes abusivos, entre outros problemas.

Dados recentes da ANS demonstram aumento no número de reclamações contra operadoras de saúde nos últimos anos. Nesse mesmo período, a judicialização tem atingido níveis elevados, o que evidencia a persistência do problema e a necessidade de aprofundamento do debate institucional.

Além disso, têm sido noticiados movimentos de reorganização do mercado, com efeitos sobre a continuidade assistencial e potencial migração de beneficiários para a rede pública, o que pode pressionar o SUS e ampliar gastos públicos.

Diante desse cenário, e em continuidade às discussões já realizadas nesta Casa, a realização de nova audiência pública permitirá que parlamentares, órgãos de governo, representantes do setor e a sociedade debatam formas de assegurar uma saúde mais equilibrada e harmoniosa entre o público e o privado, prevenindo riscos sistêmicos e mitigando impactos sobre o orçamento público.

Conclui-se que a realização desta audiência é importante para antecipar riscos, discutir soluções viáveis e assegurar que tanto a saúde pública quanto a suplementar possam coexistir de maneira equilibrada, garantindo o acesso da população a serviços de qualidade sem comprometer as contas públicas.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2026.

DR. LUIZ OVANDO
Deputado Federal
PP/MS

